

PAPIROLOGIA JURÍDICA: TRADUÇÃO E ANÁLISE DE UM *SIGÍLLION* COPTA DA TEBAS EGÍPCIA

LEGAL PAPYROLOGY: TRANSLATION AND ANALYSIS OF A COPTIC *SIGÍLLION* FROM EGYPTIAN THEBES

Vinicius Francisco Chichurra¹
Rainer Guggenberger²

RESUMO: A papirologia copta compreende textos nos mais diversos temas, como cartas e documentos de caráter legal. Um exemplo deste último – um pedido para vendas, sob o termo de *sigíllion* – configura o tema desse artigo, juntamente a uma proposta de tradução e breve análise. O papiro, encontrado em Tebas, no Egito, foi escrito por dois monges do distrito de Djême e contém informações sobre uma permissão para que três outros monges pudessem vender seus trabalhos manuais. A permissão, datada para o séc. VIII d.C. (provavelmente no ano 728), é escrita a um emir e constitui um importante instrumento no entendimento de como as relações comerciais eram realizadas nesse período, visto que apenas outros três locais obtinham a produção de *sigíllia*. Além disso, o papiro cumpre a função de mostrar como a língua copta e grega eram utilizadas nessa época, seguindo uma tradição secular mesmo após a invasão árabe em território egípcio.

PALAVRAS-CHAVE: Papirologia; Copta; Grego; Tradução.

ABSTRACT: Coptic papyrology encompasses texts on a wide range of subjects, including letters and legal documents. An example of the latter—a request for sales authorization, under the term *sigíllion*—constitutes the focus of this article, alongside a proposed translation and brief analysis. The papyrus, discovered in Thebes, Egypt, was written by two monks from the district of Djême and contains information concerning a permission granted to three other monks to sell their handmade goods. The authorization, dated to the 8th century CE (most likely to the year 728), is addressed to an emir and serves as an important source for understanding how commercial relations were conducted during this period, particularly given that only three other locations were authorized to produce *sigíllia*. Furthermore, the papyrus illustrates how both the Coptic and Greek languages continued to be used at that time, maintaining a centuries-old tradition even after the Arab conquest of Egyptian territory.

KEYWORDS: Papyrology; Coptic; Greek; Translation.



10.23925/2176-4174.34.2025e71282

¹ Doutorado em Ägyptologie und Koptologie (University of Münster). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6434-9565> Email: vinicius.chichurra@hotmail.com

² Doutorado em Letras Clássicas (Universität Wien). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0543-2606> Email: rainer@letras.ufjf.br

Introdução

Representado, do ponto de vista linguístico, como o último estágio da língua egípcia, o copta tornou-se importante para entender como a vida no território egípcio se desenvolveu com as fortes influências gregas e latinas. O egípcio-copta, considerado uma ramificação autônoma das línguas afro-asiáticas (Loprieno 1995; Voigt 1999; Hayward 2000), era a língua nativa dos habitantes do vale do Nilo setentrional e se desenvolveu a partir do séc. III a.C. Passou a ser usada em obras papirológicas e óstraca alguns séculos depois, com intuito de propagação da religião cristã e como língua em documentos de caráter jurídico. Embora tenha sido amplamente falada ao longo de séculos, tornou-se, por fim, uma língua extinta quando seus últimos falantes adotaram o árabe. Hoje, no entanto, seu uso ainda persiste no contexto litúrgico, o que o caracteriza, por definição, como uma língua essencialmente textual.

Com centenas de cognatos lexicais e uma relação histórica com o indo-europeu (Kammerzell, 2005) por meio da integração da língua grega, é possível perceber como o copta está ligado à família das línguas semíticas através da estrutura morfossintática, pela formação de palavras e pelos traços fonológicos (Loprieno, 1995) que possui. O estudo proveniente dessas línguas apresenta um vasto *corpus* de textos escritos documentados que registram sua existência de forma quase ininterrupta por mais de 4.000 anos, desde a criação do sistema hieroglífico, no final do quarto milênio a.C., até o século XIV d.C. Essa continuidade faz do egípcio uma das línguas humanas mais longamente atestadas na história (Richter, 2013).

Segundo egiptólogos como Loprieno (1995), Kammerzell (2000), Müller (2012) e Allen (2013), há duas fases na evolução da língua egípcia: o Egípcio Antigo – hieróglifos e escrita hierática – e o Egípcio Tardio – demótico e copta. No entanto, é importante destacar que a evolução linguística do egípcio ainda é tema de debates acadêmicos, pois, a cada fase, datas aproximadas são atribuídas e possuem algumas variações quanto às características que configuram tais divisões.

A principal característica que as diferencia é, geralmente, uma mudança tipológica na estrutura morfossintática: o Egípcio Antigo é visto como sintético, enquanto o Egípcio Tardio apresenta uma estrutura mais analítica, eventualmente tornando-se aglutinante. Essa distinção se reflete tanto na

formação das frases nominais quanto na organização das frases verbais. (Richter, 2013, p. 70)

Além disso, outra mudança estrutural ocorreu na língua egípcia que pode ser usada como parâmetro de divisão evolutiva, uma vez que a ordem verbo-sujeito-objeto (VSO) foi substituída por estruturas sujeito-verbo-objeto (SVO) ao longo do tempo (Hintze 1947; Reintges, 2012). Já, segundo Shisha-Halevy (2000), essas ordens não eram predominantes em suas respectivas eras, portanto não devem ser consideradas na divisão linguística. Outra consideração importante é a de que, apesar de não serem mais línguas faladas desde o final do Segundo Período Intermediário, em aproximadamente 1570 a.C., os sistemas de escrita mais antigos que representavam tais línguas, hieroglífico e hierático, ainda foram usados em períodos posteriores, mantendo-as como língua literária até a época ptolemaica, romana e bizantina egípcia (332 a.C. – 641 d.C.). Desde o Novo Império, o chamado Egípcio Novo (Kammerzell, 2000) tornou-se a língua dominante e evoluiu para o demótico (a língua “popular” ou do “dia a dia”) e para o copta na era cristã. Há, além disso, antes desse período, algumas evidências do egípcio escrito em caracteres gregos, porém, em termos linguísticos, essa língua não corresponde ao estágio copta, mas ao demótico, ainda que esses textos ou palavras sejam frequentemente qualificados como antigo copta.³ Nesses documentos, as letras gregas eram usadas, principalmente, em lugar de sinais egípcios onde a pronúncia era importante, uma vez que os sistemas de escrita egípcios anteriores não possuíam a presença de vogais, e são encontradas, em grande maioria, em textos de caráter mágico. Em relação a documentos de caráter legal, o mais antigo do qual se tem conhecimento é datado para a metade do séc. VI d.C., quase três séculos após a implementação e disseminação do sistema de escrita copta no Egito (Richter, 2013).

Como baseamento desse artigo, selecionamos um exemplo dentre os papiros de caráter legal encontrados na região de Tebas, no Egito. Nesse local, foram

³ Cf. Kammerzell, F. 2005. *Old Egyptian and Pre-Old Egyptian. Tracing linguistic diversity in Archaic Egypt and the Creation of the Egyptian Language*. In: Seidlmayer, St. (ed.), *Texte und Denkmäler des ägyptischen Alten Reiches*. Berlin: Achet, 2005.

encontrados textos variados datados dos séculos VII e VIII d.C., incluindo a vila de Djême⁴, atual Medinet Habu, e seus mosteiros adjacentes.

No que concerne à procedência dos documentos, destacam-se quatro locais de achados de relevância ao longo do Médio e Alto Egito: a região do Faium, a área de Hermópolis, Aphrodito e a região tebana. Locais situados ao norte do Faium, bem como ao sul de Tebas, são raramente atestados, se é que possuem qualquer registro. Dentre esses principais sítios de descoberta, três forneceram um volume significativamente maior de documentos em grego do que em copta. Somente na região tebana os textos documentais redigidos em copta superam, de maneira expressiva, aqueles escritos em grego. (Richter, 2013, p. 411)

Os achados tebanos compreendem uma soma relevante de textos escritos em papiros e em óstraca, porém poucos, mas ainda assim significativos, em pergaminhos. Cerca de cento e cinquenta textos jurídicos foram encontrados em papiros e pergaminhos, com a presença de fórmulas de caráter legal e cláusulas contratuais, bem como assinatura de testemunhas; por outro lado, em óstraca foram encontrados textos como listas e cartas (Wilfong, 1989). Representando quase exclusivamente tipos de textos já conhecidos a partir do registro grego, os papiros jurídicos são, em sua maioria, designados por termos gregos e são divididos nas seguintes categorias: liberações de bens ou serviços (ἀμεριμνία – *amerimnía*), contratos de compra e venda (πράσις – *prásis*), empréstimos (ἀσφάλεια – *aspháleia*), testamentos (διαθήκη – *diathékē*), permissões (σιγίλλιον – *sigíllion*), acordos de resolução de disputas, como heranças e relações comerciais (διάλυσις – *dialysis*), contratos de trabalho (σύμφωνον – *sýmphōnon*), recibos (ἐνταγίον – *entagion* ou ἀπόδεξις – *apodexis*), arrendamento de terreno ou partes de casas de uso simples (μίσθωσις – *místhōsis*) e a longo prazo (ὁμολογία – *homología* ou ἐμφυτευτική – *emphyteutiké*).

O exemplo exposto adiante, escrito provavelmente em 728 d.C. (Gonis, 2014), trata-se de um papiro cujo conteúdo é classificado como *sigíllion*, ou seja, um pedido de permissão para que três monges da vila de Djême possam vender seus trabalhos manuais (πραγματεία – *pragmateia*) em outra vila, situada na região do Faium, é seguido de breves análises sobre os trechos transcritos e traduzidos e tem como objetivo fomentar a discussão sobre como e para que esses documentos eram produzidos e qual sua relevância e função em termos linguísticos e legais. Além disso,

⁴ A vila de Djême foi construída onde se localizava o antigo templo mortuário de Ramsés III, na parte ocidental de Tebas. Para estudos recentes conduzidos na região, cf. Choat e Cromwell (2016).

levantaremos questões e análises sobre o copta que ainda são poucas no ambiente acadêmico brasileiro quando se trata de línguas clássicas.

Documentação papirológica jurídica

Nas proximidades de Djême, o deserto abrigou, ao longo da Antiguidade Tardia e dos primeiros séculos do domínio islâmico, diversos complexos monásticos estabelecidos em estruturas funerárias ou templos remanescentes do período faraônico. No interior desses mosteiros, foram identificados acervos documentais que preservam uma ampla coleção de manuscritos redigidos em copta. A descoberta desses acervos, em meados do séc. XIX, revelou importantes papiros, óstraca e fragmentos que, desde então, mostraram como as conexões legais entre povos da região teban egípcia eram realizadas. O estudo de papiros coptas com conteúdo legal é relativamente novo, Goodwin (1859, p. 237) escreve:

Há alguns anos, alguém descobriu um antigo baú de madeira nas ruínas de um mosteiro próximo a Tebas, no Egito. O baú continha vários rolos de papiro e algumas peles de couro inscritas com caracteres misteriosos.

Após serem submetidos a especialistas competentes em decifração, constatou-se que não continham, como o leitor talvez pudesse antecipar, confissões de um convento, memórias de um monge ou quaisquer relatos de natureza romântica, mas sim uma série de escrituras de doação, testamentos e contratos, aparentemente datados dos séculos VIII ou IX de nossa era. Apenas um desses documentos estava escrito em grego, enquanto os demais estavam em copta.

Uma parcela dos documentos jurídicos em copta está vinculada ao direito público, abrangendo avaliações tributárias de diversas regiões, garantias fiscais (*eggyetike homologia*), além de recibos de impostos e cartas, particularmente registradas em óstraca tebanos. Todos esses registros remontam ao início do período islâmico, ainda com a dependência geral de modelos, fórmulas e terminologia jurídicos semelhantes aos padrões das regiões helênicas⁵, e endereçados a indivíduos ou comunidades pertencentes aos estratos mais humildes da sociedade — incluindo habitantes de vilarejos, centros urbanos provinciais e mosteiros —, e possuíam a função de facilitar a comunicação dessas populações com as autoridades locais responsáveis pela administração fiscal (Richter, 2008).

⁵ Sobre cláusulas e fórmulas extraídas de documentos jurídicos demóticos, conferir Lüddeckens (1972) e Onstwedder (1996). Em contrapartida, de acordo com Richter (2008), essas estruturas não são válidas em relação a documentos coptas, mesmo que ainda fossem utilizados, em nível lexical, termos do antigo idioma jurídico egípcio. Cf. Richter, *Rechtssemantik*, p. 58-61.

A importância dos documentos jurídicos coptas reside, sobretudo, em sua relação com os textos greco-bizantinos, o que se reflete em suas fórmulas e cláusulas, mesmo após a conquista árabe ter interrompido o contato com Bizâncio. (Wenger, 1953, p. 318)

Não há evidências de documentos oficiais, em copta, associados a outros níveis ou formas de administração no período pós-conquista, assim como não há registros desse tipo referentes à administração no período anterior à conquista. Dessa maneira, parece que a utilização do copta no contexto administrativo esteve cronologicamente restrita a algumas décadas, aproximadamente entre o final do século VII e o primeiro terço do século VIII, e funcionalmente limitada às instâncias inferiores da administração tributária. Ainda assim, a maior parte desses documentos jurídicos está relacionada ao direito privado. Segundo Beaucamp (2007): “Em última análise, o impacto da legislação imperial no Egito parece ter sido mais ou menos significativo, dependendo do campo jurídico em questão, e ter variado de acordo com o status social.”

Mesmo após a conquista árabe sobre o território egípcio, em 642 d.C., documentos legais continuaram a ser produzidos em grego (Jong e Delattre, 2015, p. 40).

Os árabes continuaram a empregar o grego como língua administrativa por razões pragmáticas: encontraram um sistema burocrático funcionando em grego, o qual assegurava a eficiente arrecadação de impostos. (Berkes, 2025, p. 81)

Além disso, os documentos em língua copta, eram numerosos devido aos séculos de uso, e a troca desse sistema para o idioma árabe seria, numa primeira vista, dificultoso. Ainda, segundo Berkes (2025), as primeiras décadas do domínio árabe ainda produziram o mesmo tipo de documentos⁶ em grego que encontramos no período bizantino tardio, tais como cartas, documentos jurídicos, listas e recibos.

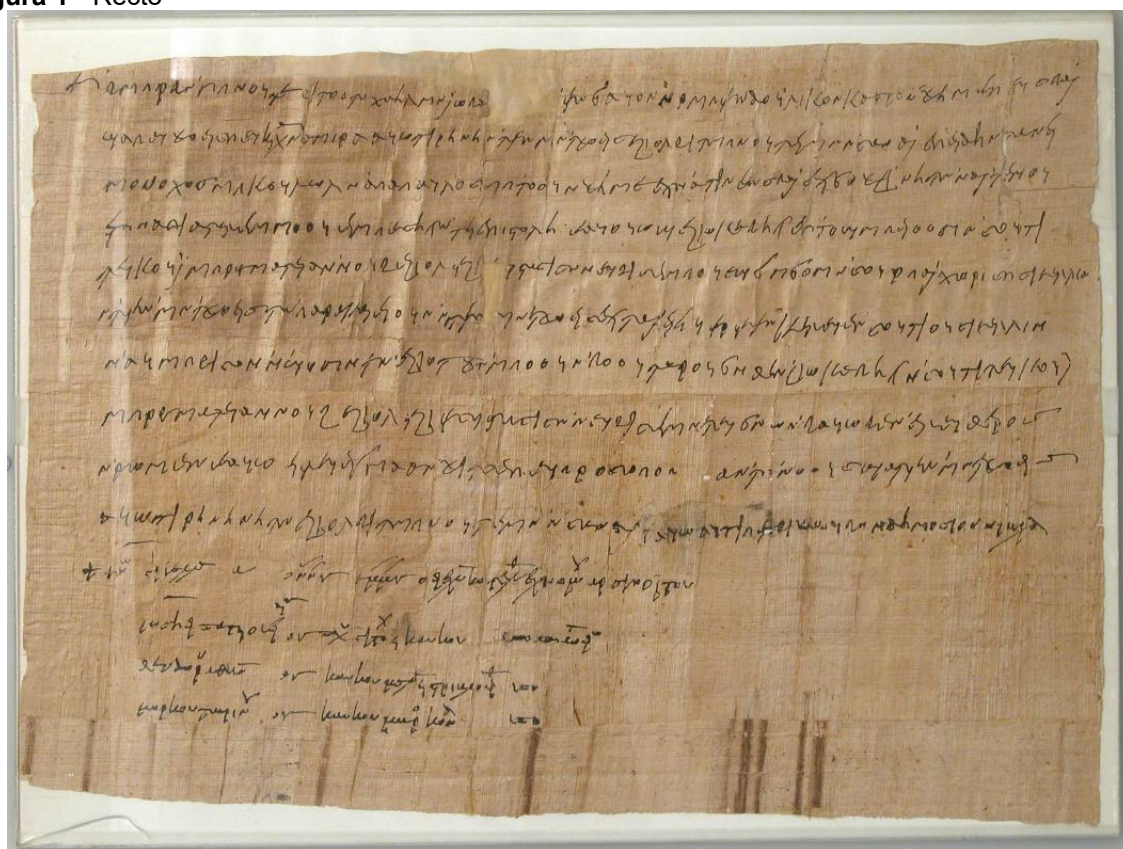
Papiro e tradução

O *sigíllion* aqui apresentado encontra-se na coleção do Museu Metropolitano de Arte, de Nova York⁷, e possui uma folha, de tamanho 42 cm x 30 cm em fibras horizontal e vertical, contendo quatorze linhas em seu recto e duas linhas em seu verso. Das quatorze, dez são em língua copta e quatro estão totalmente em língua grega, assim como as duas linhas do verso.

⁶ Berkes refere-se a textos de caráter público e administrativo.

⁷ Número de acesso: 24.2.6.

Figura 1 - Recto



Transcrição: parte em copta

02. $\psi\alpha\pi\epsilon\upsilon\chi\omicron\epsilon\iota\varsigma$ $\pi\epsilon\gamma\kappa\lambda\epsilon$ $\eta\alpha\mu\iota\rho\alpha$ $\alpha\gamma\omega$ $\tau\eta\rho\eta\eta\eta$ $\eta\tau\epsilon\tau\eta\mu\eta\tau\chi\omicron\epsilon\iota\varsigma$ $\epsilon\upsilon\omicron\lambda$ $\zeta\iota\tau\eta\mu\eta\omicron\upsilon\tau\epsilon$
 $\mu\eta\eta\varsigma\alpha\eta\alpha\iota$ $\epsilon\pi\epsilon\iota\delta\eta$ $\eta\tau\alpha\eta\epsilon\iota-$

⁸ De acordo com Schiller, esses trabalhos manuais eram pequenas cordas. Cf. *Ten Legal Coptic Texts*. The Metropolitan Museum of Art, New York: New York, 1932, p. 34.

10. αγω τΙΡΗΝΗ ΝΗΤΗ ΕΒΟΛ ΖΙΤΜΠΝΟΥΤΕ ΜΝΗΣΑΝΔΙ΄ + αγω αΓΤΙ ΠΕΤΖΙΧΩΟΥ ΘΝΝΔΗΜΟΣΙΟΝ
N Iβ I/Δ

01. + Em nome de Deus, através de nós, Chaël e Iōhannēs, seus servos, homens de *Kastron* Djēme, escrevemos
02. a Vossa Senhoria, vosso mais ilustre emir. Paz ao seu senhorio de Deus, para todo o sempre. Uma vez que alguns
03. monges do mosteiro de Apa Paulos, no monte de Djēme, entregarão nossas humildes cartas,
04. aqueles que designaremos abaixo, neste documento, desejam ir para o norte até o distrito de Faium⁹ e vender
05. sua pequena quantidade de trabalho manual¹⁰, que é o resultado de seus trabalhos, e eles não podem fazê-lo sem a permissão.

¹⁰ *πραγματεία* (*pragmateia*).

06. Portanto, suplicamos que a Vossa Reverendíssima Senhoria ordene que uma permissão
07. seja dada a eles pelo período de três meses a partir de hoje. Que eles encontrem uma maneira de ir até o Norte e vender
08. sua pequena quantidade de trabalho manual, que é o resultado de seus trabalhos e de sua vida. São homens livres,
09. e vamos dar garantia para suas pessoas. Nós enviamos a Vossa Senhoria
10. a paz de Deus, para todo o sempre. Eles pagaram o que era devido a eles como impostos para a décima segunda indicação.

O documento inicia-se com a simples forma copta *ⲙⲡⲁⲛ ⲙⲡⲛⲟⲩⲧⲉ* (*hmpan mpnoute* – em nome de Deus), o que é incomum em papiros legais dessa região, visto que a maioria deles apresenta, primeiramente, a introdução grega bizantina *ἐν ὀνόματι τοῦ κυρίου καὶ δεσπότης Ἰησοῦ Χριστοῦ τοῦ θεοῦ καὶ σωτῆρος ἡμῶν*¹¹ (*en onómati tou kyriou kai despótou Iēsoû Christou tou theou kai sōtēros hēmōn* – em nome do Senhor e do Senhor Jesus Cristo, nosso Deus e salvador). Isso pode nos evidenciar que esse documento pertence a um período mais tardio em relação a outros encontrados na mesma localidade, por usar uma forma mais clássica que não demonstra uma força cristã em relação ao islamismo já instalado naquele território. Isso também pode ser reforçado pela presença do título de emir junto a títulos que eram outrora usados liturgicamente, como em *ⲡⲁⲡⲉⲩⲅⲟⲓⲥ ⲡⲉⲩⲕⲗⲉ ⲛⲁⲙⲓⲣⲁ* (*shapeudjoeic peukle¹² namira¹³* – Vossa Senhoria, vosso ilustre emir).

Após a saudação do estilo epistolar, os escribas expõem a situação que motiva o documento, já na Linha 2, introduzida pela palavra *ἐπειδὴ*¹⁴ (*epeidē* – uma vez que; quando) e o compromisso que se adquire é exposto posteriormente, na Linha 6, por meio do verbo *παρακαλεῖν*¹⁵ (*parakalein* – suplicar; implorar; rogar).

O *sigíllion* estabelece claramente o objeto da permissão, ou seja, a venda em outro distrito, e contém a nota de que os monges pagaram seu último *δημόσιον*

¹¹ Em copta: *EN ONOMATI TOY KYRIOY KAI DESPOTOY IHCOY XPRISTOY TOY THEOY KAI SΩTHPOC HMΩN*

¹² Abreviação de *εὐκλεεστατος* (*eukleestatos*), superlativo do grego *εὐκλής* (*eukleēs* – ilustre; glorioso).

¹³ O termo “emir”, aqui, aparece em grego: *ἀμῖρᾱ* (*amirā*)

¹⁴ Em grego: *ἐπειδὴ*.

¹⁵ Em grego: *παρακαλεῖν*.

(*dēmósion*)¹⁶ ao Estado. Segundo Schiller (1927, p. 35), “isso pode apontar para uma legislação do governo, cobrando fianças nesses casos para proteger a arrecadação dos impostos, garantindo a produção do indivíduo em data futura.” Apenas três outras localidades do território copta produziram exemplos de *sigíllia* como essa, a saber: Memphis, Hermópolis e Aphrodito, embora nenhum tão completo como este.

Podemos perceber também como a língua copta mesclava termos coptas com termos gregos em uma sintaxe própria. Como exemplo, entre as Linhas 8 e 9, vemos a estrutura $\text{Ζενελεγεθερος } \bar{\eta}\rho\omega\mu\epsilon$ (*heneleutheros enrōme* – homens livres); ora, *eleútheros*, adjetivo grego com o sentido de “livre” ou “independente”, está conectado ao artigo masculino plural ΖΕΝ , “os”, e está diretamente ligado, pela partícula atributiva copta $\bar{\eta}$, ao termo $\rho\omega\mu\epsilon$, “homem”. Uma vez que a marcação de plural está em ΖΕΝ , não é necessário que o adjetivo grego sofra alterações de número ou declinação.

Transcrição: parte em grego

11. + $\gamma\nu^{\omega}$ σιγελλ/ α ονγγ ε μμ γ οφειλ κατελ^θ ει νομ^υ αρσινοϊτου¹⁷

12. ιωσηφ πατζουενου^{διν} ογ παχ^υ σιτο^χ / καυκου υπο α^{την}φ^{ω18}

13. θεοδωρ^υ αθαν ογ καυκου μελ/ / στριβλοφ^θ υπο¹⁹

14. μαρκου ταυριν^υ ογ καυκου μαρ^ο κον^δ υπο²⁰

Proposta de Tradução

11. + Uma lista de permissões para três nomes por três meses, permitindo a ida ao nomos²¹ de Arsinoite.

12. Iōsēph, filho de Patzuenos, [...], descrito como corpulento e de pele cor de trigo e do Kaukos²², mediante fiança.

13. Theodōros, filho de Athanasios, descrito como do Kaukos, negro e corpulento, mediante [...]

¹⁶ Impostos devidos diretamente ao Estado, em oposição a impostos privados ou eclesiásticos

¹⁷ Possível decifração: Γνώσις σιγίλλων α όνόματα γ εις μηνας γ όφειλοϋσι κατελθειν επί νόμου Αρσινοϊτών.

¹⁸ Possível decifração: 'Ιωσήφ Πατζουενου (?) ό γνήσιος παχύς και σιτόχροος και Καύκου υπό άντιφωνητου.

¹⁹ Possível decifração: Θεοδῶρος Αθανασίου ό γνήσιος Καύκου μέλανος και στρόβιλος (?) υπό [...].

²⁰ Possível decifração: Μάρκος Ταυρίνου ό γνήσιος Καύκου μαρούλιος κοντός υπό [...].

²¹ Uma das trinta e seis divisões territoriais do antigo Egito.

²² “Taça”, em grego, mas aqui é o equivalente ao Kulōl copta, local onde se localizava o mosteiro de Apa Paulos.

14. Markos, filho de Taurino, descrito como do Kaukos, viril e de baixa estatura, mediante [...]

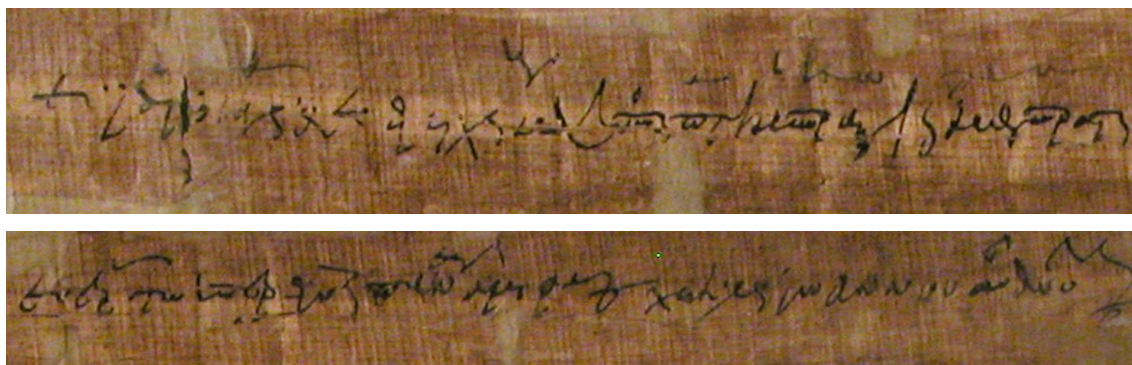
A parte final do papiro está toda em grego, uma das razões para isso pode ser o destino ao qual o papiro deveria ser entregue, a saber, nomos Arsinoite, localizado na região de Faium, no Alto Egito, pois, ali, foram encontrados papiros jurídicos escritos, em sua maioria, em língua grega, evidenciando que nessa área o grego obtinha força maior. Outra possível razão é quanto ao destinatário do papiro, o emir; uma vez que ele é quem dará a permissão, logo faz sentido que a descrição física dos três monges seja diretamente a ele, e em grego para mostrar maior relevância. É possível perceber, além disso, o grande uso de abreviaturas nas formas gregas o que dá a entender que essa língua era mais disseminada na região e de fácil entendimento.

Essas linhas mostram uma forma incomum em papiros jurídicos com a descrição física dos três monges que estão carregando a permissão para serem reconhecidas, Iôsêph, Theodôros e Markos, todos vindos de Apa Paulos, no Kaukos. A descrição física é seguida da abreviatura *oy* (*og*), que pode indicar a expressão “ὁ γνήσιος” (*ho gnésios*), o legítimo, como no sentido de mostrar de que aquele indivíduo que está sendo descrito é o verdadeiro.

Verso

O verso do papiro, escrito em grego, nos dá a confirmação de quem é o destinatário do documento, no caso, o emir.

Figura 2 - Verso



Fonte: Museu Metropolitano de Nova York, papiro nº. 24.2.6.

Transcrição

Fazemos uso de duas possibilidades de transcrição para esse trecho. Segundo Schiller (1932, p. 36), o trecho é apresentado como a seguir:

15. + ιδιοῖ ^θ αγ/ ^{εγ} ^ο ^α ^η ^κ ^ω ^{λα} ^γ
^{ευ} ^τ ^{λλ}
 / παν αμिरα + χαηλ / ιωαννου αυ δου +

Junto à seguinte decifração:

ιδίω ἀγ(α)θ(ῶ) καὶ θεοφιλ(εστάτῳ) καὶ μεγ(άλῳ) μου (?) δεσπό(τῳ) καὶ πατρὶ (?)
 τιμι(οτατῳ) (?) ἀξιῳ και μεγ(ά)λῳ προσ(τατῳ) καὶ ... εὐεργ(ετῳ) τῷ
 υπερφυ(εστατῳ) καὶ πανευ(φημῳ) ἀμिरã + Χαήλ καὶ Ἰωάννου αὐτ(οῦ) δοῦλ(οι)
 +²³

Entretanto, Gonis (2014, p. 264) propõe outra escrita para o trecho:

15. + ιδιοῖ ^θ αγ/ ^κ ^γ ^ο ^α ^η ^κ ^ω ^{τα} ^α ^γ
^{ευ} ^τ ^{λλ}
 / παν αμिरα + χαηλ / ιωαννου αυ δου +

Junto à seguinte decifração:

ιδίω ἀγ(α)θ(ῶ) (καὶ) θεοφυλ(ά)κ(τῳ) μου δεσπό(τῇ) (καὶ) πά(σης) τιμῇ(ς)
 πρ(οσ)κ(υνήσεως) ἀξιῳ (καὶ) μ(ε)τὰ Θ(εὸν) προστά(τῇ) εὐεργ(έτῇ) τῷ
 ὑπερφ(υεστάτῳ) (καὶ) πανευ(φήμῳ) ἀμिरã + Χαήλ (καὶ) Ἰωάννου αὐτ(οῦ)
 δοῦλ(οι)²⁴

Proposta de tradução

Optamos por apresentar duas traduções correspondentes às propostas de decifração. Para Schiller (1932, p. 36):

15. † Ao proprietário, bom, amante a Deus e grande senhor e pai [...] o estimado [...] digno e grande protetor, e benévolo, ilustre e altamente louvável emir. + Chaël e Iōhannēs, servos Dele. †

²³ Cf. *Ten Legal Coptic Texts*. The Metropolitan Museum of Art, New York: New York, 1932, p. 36.

²⁴ Cf. *Bemerkungen zu Papyri XXVII*. In: TYCHE: Beiträge zur Alten Geschichte Papyrologie und Epigraphik. V. 129. 2014: Universidade de Viena, p. 264.

Para Gonis (2014, p. 264):

15. † Ao proprietário, bom e a quem Deus protege, meu senhor, e de toda venerada honra, estimado e benévolo e protetor junto a Deus, ao ilustre e prodigioso e altamente louvável emir. + Chaël e lōhannēs, servos Dele. †

O título islâmico presente na Linha 15 revela a continuidade e transformação de estruturas burocráticas em território egípcio. Dois títulos são frequentemente encontrados nos documentos em copta e grego desse período: *pagárchos*, do grego *παγάρχης* (*pagárchēs*), e emir, do árabe *أمير* (*ʿamīr*); e ambos desempenharam papéis fundamentais na governança e arrecadação fiscal de uma nação. O termo *pagárchos* remonta ao período bizantino grego e se referia a um oficial administrativo responsável pela arrecadação de impostos e gestão de um determinado *nomos* ou distrito, tendo, como origem, a estrutura fiscal presente no Império Romano tardio; posteriormente, o título foi adaptado para o contexto egípcio (Bagnall, 1993). De acordo com Gasco (2008, p. 57), esses oficiais frequentemente pertenciam à elite local e exerciam um papel intermediário entre a administração central e a população, com amplos poderes na supervisão das finanças, na coleta de tributos e na manutenção da ordem local.

Com a conquista árabe, a administração do território egípcio passou por uma série de adaptações. Embora o cargo de *pagárchos* tenha continuado por certo tempo, acabou, por fim, sendo substituído pelo título de emir, devido a uma nova estrutura de poder de origem islâmica. Esse título referia-se a governantes militares e administrativos encarregados da administração regional e da segurança pública (Peterson, 1999). O emir era responsável não apenas pelo comando militar, mas também pela arrecadação de tributos e manutenção da ordem, funções que antes cabiam ao *pagárchos* (Papaconstantinou, 2010).

Nos documentos coptas e gregos do período islâmico, há evidências de uma sobreposição entre essas duas funções, refletindo um período de transição burocrática. Pelo papiro aqui exposto, do ano de 728 d.C., é possível perceber essa transição pela presença do título de emir, porém em escrita grega e copta. Além disso, mesmo com a forte presença ainda dos idiomas grego e copta, os emires, nesse período, já passavam a figurar como os principais agentes do poder provincial. Segundo Sijpesteijn (2013, p. 117): “Essa transformação reflete uma mudança de

hegemonia política e cultural, mas também demonstra a resiliência das estruturas administrativas egípcias frente à nova ordem islâmica.”

Outro ponto importante que podemos depreender desse pequeno trecho do verso do papiro é a dificuldade de decifrar com precisão certos termos e caracteres gregos. O que nos mostra como os estudos clássicos ainda estão em constante reavaliação e evolução.

Considerações finais

A papirologia copta tem desempenhado um papel fundamental na compreensão das dinâmicas sociais, linguísticas e jurídicas do Egito Tardio e Bizantino. Dificuldades nesse campo do conhecimento são sempre presentes, devido à dispersão desigual de vários dos papiros já encontrados no espaço e no tempo. Essa característica inerente aos papiros documentais coptas e de outras tradições desafia a determinação do quanto essa distribuição reflete realidades, como, por exemplo, sociolinguísticas (MacColl, 2007).

Em um nível social e jurídico, os documentos papirológicos coptas permitem compreender como os cidadãos do território egípcio os utilizavam em seu meio e de que maneira eram produzidos. A escrita de contratos, registros administrativos e outras formas documentais oferecem um panorama das estruturas institucionais e da vida cotidiana, além de evidenciar o impacto das transições políticas e culturais, especialmente nas interações entre as comunidades grega, copta e árabe. A coexistência do grego e do copta nesses textos não se deu de maneira aleatória (Bagnall, 2013), mas seguiu padrões influenciados por fatores históricos e sociolinguísticos ainda não completamente compreendidos.

Do ponto de vista linguístico, a escolha do idioma na escrita de documentos evidencia as dinâmicas de prestígio entre as línguas em um período de transição (MacColl, 2013). A análise de documentos coptas com a presença de termos gregos revela o desenvolvimento do vernáculo da época e as relações interlinguísticas de dois importantes idiomas desse período.

Os documentos legais coptas também servem como testemunhos das mudanças sociais. A partir deles, é possível compreender as transformações que ocorriam na sociedade egípcia sob domínio bizantino e islâmico. Como pontua a pesquisa recente, esses documentos forneceram resultados valiosos que ampliaram significativamente nosso conhecimento sobre a administração legal e a estrutura

social desse período e dessa região. É, portanto, inegável a importância do estudo da papirologia copta, através do qual pesquisadores conseguem traçar um panorama detalhado da evolução linguística, das práticas legais e das interações sociais no Egito Tardio e Bizantino. O avanço da pesquisa nesse campo não apenas aprofunda nossa compreensão sobre a transição do mundo antigo, mas também contribui para o estudo mais amplo das interações linguísticas e culturais no Mediterrâneo tardoantigo.

Referências Bibliográficas

BAGNALL, R. S. **Egypt in Late Antiquity**. Princeton: Princeton University Press, 1993.

BEAUCAMP, J. Byzantine Egypt and Imperial Law. In: BAGNALL, R. S. (ed.). **Egypt in the Byzantine World, 300-700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. p. 270-287.

BIEDENKOPF-ZIEHNER, A. Bemerkungen zum Formular koptischer Urkunden. **Gottinger Miszellen**, n. 167, 1998. p. 9-24.

BERG-ONSTWEDDER, G. The Use of Demotic Phrases from Legal Texts of the Ptolemaic Period in Coptic Legal Texts. **Bulletin de la Société d'Archéologie Copte (BSAC)**, v. 35, 1996. p. 101-116.

BERKES, L. Greek Documents and their Scribes in Eighth-Century Egypt. **Greek Roman and Byzantine Studies**, v. 65, n. 1. 2025.

CRUM, W. E. **Coptic Óstraca from the Collections of the Egypt Exploration Fund, the Cairo Museum and Others**. Londres: Harvard University Press, 1902.

CRUM, W. E. **Koptische Rechtsurkunden des achten Jahrhunderts aus Djême (Theben)**. Leipzig: Zentralantiquariat der Deutschen Demokratischen Republik, 1912.

CRUM, W. E. **Short Texts from Coptic Óstraca and Papyri**. Oxford: H. Milford, 1921.

GASCOU, J. **Fiscalité et société en Égypte byzantine**. Paris: Association des amis du centre d'histoire et civilisation de Byzance, 2008.

GONIS, N. Bemerkungen zu Papyri XXVII. **TYCHE: Beiträge zur Alten Geschichte Papyrologie und Epigraphik**, v. 129. Universidade de Viena, 2014. p. 261 - 265.

GOODWIN, C. W. Curiosities of Law. Conveyancing among the Copts of the eighth century. **The Law Magazine and Law Review**, n. 6, 1859, p. 237- 248.

JONG, J; DELATTRE, A. Greek as a Minority Language in Early Islamic Egypt. In: Hoyland, R. G. (ed.). **The Late Antique World of Early Islam: Muslims among Christians and Jews in the East Mediterranean**. Princeton: Princeton University Press, 2015. p. 37– 62.

KAMMERZELL, F. Afroasiatische und nicht-afroasiatische Komponenten des ägyptischen Lexikons. In: Eyre, Christopher (ed.), **Seventh International Congress of Egyptologists, Cambridge**. Sprachtypologie und Universalienforschung, 1995. p. 97–108.

KAMMERZELL, F. Old Egyptian and Pre-Old Egyptian. Tracing linguistic diversity in Archaic Egypt and the Creation of the Egyptian Language. In: Seidlmayer, St. (ed.), **Texte und Denkmäler des ägyptischen Alten Reiches**. Berlin: Achet, 2005, p. 165–247.

KAMMERZELL, F; LINCKE, E-S. Egyptian classifiers at the interface of lexical semantics and pragmatics. In: Grossman, Eitan, Polis, Stéphane & Winand, Jean (eds.), **Lingua Aegyptia Studia Monographica**, n. 9, Hamburg: Widmaier, 2012. p. 55–112.

LOPRIENO, A. **Ancient Egyptian. A Linguistic Introduction**. Cambridge: Cambridge University Press. 1995.

LOPRIENO, A. Linguistic variety and Egyptian literature. In: Loprieno, Antonio (ed.), **Probleme der Ägyptologie**, n. 10, Leiden/Nova York/Colônia: Brill, 1996. p. 515 – 529.

LOPRIENO, A. From VSO to SVO? Word order and rear extraposition in Coptic. In: Sornicola, Rosana, Poppe, Erich & Shisha-Halevy, Ariel (eds.), **Stability, Variation and Change of Word-Order Patterns over Time**. Amsterdam: Benjamins, 2000. p. 23 – 39.

LOPRIENO, A. From Old Egyptian to Coptic. In: Haspelmath, Martin, König, Ekkehard, Oesterreicher, Wulf & Raible, Wolfgang (eds.), **Language Typology and Language Universals / Sprachtypologie und sprachliche Universalien. (Handbücher zur Sprach- und Kommunikationswissenschaft)**. Berlin: De Gruyter, 2001. p. 1742 – 1761.

LOPRIENO, A. Egyptian Linguistics in the Year 2000. In: Hawass, Zahi (ed.), **Egyptology at the Dawn of the Twenty-first Century**. Cairo: The American University in Cairo Press, 2003. p. 73 – 90.

LOPRIENO, A. Egyptian and Coptic. In: Woodard, Roger D., **The Ancient Languages of Mesopotamia, Egypt and Aksum**. Cambridge/Nova York: Cambridge University Press, 2008. p. 153 – 210.

LUDDECKENS, E. Demotische und koptische Urkundenformeln. **Enchoria**, v. 2, 1972, p. 21-31.

MCCOLL, L. Why Do We Have Coptic Documentary Papyri Before AD 641? In: BOSSON, Nathalie; BOUD'HORS, Anne (eds.). **Actes du 8e Congrès International d'Études Copte**, v. 11, Leuven/Paris/Dudley: OLA 163, 2007. p. 751 – 758.

MCCOLL, L. **Coptic Legal Documents: Law as Vernacular Text and Experience in Late Antique Egypt**. Nova York: Universidade de Nova York, 2009.

MCCOLL, L. Niches in an Ecosystem: The Choice of Coptic for Legal Instruments in Late Antique Egypt. **Analecta Papyrologica**, v. 25, 2013, p. 257 – 276.

PAPACONSTANTINO, A. **Egypt in the Byzantine World, 300-700**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

RICHTER, T. Rechtssemantik und forensische Rhetorik
Untersuchungen zu Wortschatz, Stil und Grammatik der Sprache koptischer
Rechtsurkunden. **Philippika**, n. 20, 2008.

RICHTER, T.; GROSSMAN. The Egyptian-Coptic language: its setting in space, time and culture. In: Grossman, E; Haspelmath, M; Richter, T. S. (eds.): **Egyptian-Coptic linguistics in typological perspective**, n. 55, Berlin/München/Boston, 2014. p. 69 – 101.

SCHILLER, A. Coptic Law. **The Juridical Review**, v. 43, 1931. p. 211 – 240.

SCHILLER, A. **Ten Coptic Legal Texts**. Nova York: Metropolitan Museum of Art - Publications of the Department of Egyptian Art, 1932.

SCHILLER, A. Koptisches Recht. Eine Studie auf Grund der Quellen und Abhandlungen. **Kritische Vierteljahresschrift für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft**, v. 25, 1932, p. 250 – 296.

SIJPESTEIJN, P. **Shaping a Muslim State: The World of a Mid-Eighth-Century Egyptian Official**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WENGER, L. **Die Quellen des römischen Rechts**. Viena: , 1953.